

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA, PRIMEIRO SEMESTRE, DO PRIMEIRO ANO LEGISLATIVO, NO PRIMEIRO BIÊNIO (2021/2022), DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA (2021/2024) DA MUNICIPALIDADE NA CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA, QUE SE REALIZOU NA QUARTA-FEIRA, DIA DEZESSETE, MÊS DE FEVEREIRO, ANO DOIS MIL E VINTE E UM, ÀS DEZESSEIS HORAS (17/02/2021, 16H00MIN).

MESA DIRETORA/VEREADORES:

Presidente: Rodrigo Márcio Caldeira – PRTB;

1º Vice-Presidente: Cleber Lima Pereira – PDT;

2º Vice-Presidente: Valteilton De Freitas Valim – PP;

1º Secretário: Alexisandro Pessimilio Bulhões – PMN;

2º Secretário: Adriano Vasconcelos Rego – PSB.

Aos dezessete dias, do mês de fevereiro, ano dois mil e vinte e um, no Palácio “Judith Leão Castello Ribeiro”, Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, Rua Major Pissarra, 245, nesta cidade, Estado do Espírito Santo. O Senhor Rodrigo Márcio Caldeira, Presidente, reuniu-se em Sessão Ordinária, no Primeiro Semestre do Primeiro Ano Legislativo, Biênio dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois (2021/2022), Primeira Parte da Décima Nona Legislatura (2021/2024) da Municipalidade na Câmara Municipal da Serra. Registraram-se assinadas as presenças dos Nobres Senhores Vereadores: Adriano Vasconcelos Rego, PSB; Alexisandro Pessimilio Bulhões, PMN; Anderson Soares Muniz, PODEMOS; Cleber Lima Pereira, PDT; Elcimara Rangel Loureiro Alicio, PP; Ericson Teixeira Duarte, REDE; Gilmar Dadalto, PSDB; Igor Elson Bromonschenkel de Almeida, PODEMOS; Jeferson Fernandes, PL; José Artur Oliveira Costa, SOLIDARIEDADE; Marlon Fred Oliveira Matos, PSDB; Pablo Aurino Ramos

Araújo, PATRIOTA; Paulo Sérgio Ferreira de Souza, PDT; Raphaela Maria de Oliveira Moraes Vasques, REDE; Rodrigo Ferreira Correa, REPUBLICANOS, Rodrigo Márcio Caldeira, PRTB; Rurdiney da Silva, PSB; Saulo Mariano Rodrigues Neves Júnior, PATRIOTA; Sérgio Anacleto Peixoto Costa, PROS; Valteilton de Freitas Valim, PP; Wellington Batista Ghisolfe, DEM; Wilian Silvaroli, PDT e William Fernando Miranda, PL. O assentamento às assinaturas registradas encontra-se no Livro de Registro das Frequências dos Parlamentares, Número Um (N.º 1), Biênio dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois (2021/2022), da Décima Nona Legislatura, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e quatro (2021/2024). Formou-se a Mesa Diretora. Instalaram-se os trabalhos. Ato contínuo, por força da Resolução Nº 198, de dezoito de maio do ano dois mil e nove, publicada no Diário Oficial de vinte de maio, do ano dois mil e nove, que acrescenta o Artigo 136-A à Resolução Nº 95, de vinte e nove de outubro de 1986 (Regimento Interno), que dispõe sobre obrigatoriedade à execução dos Hinos Nacional, do Estado do Espírito Santo ou do Município da Serra nas Sessões Plenárias da Câmara Municipal da Serra. Nesse sentido, neste dia, cantou-se o Hino da Serra. Logo após, o Primeiro-Secretário procedeu à leitura bíblica em Segundo Coríntios, Capítulo doze, Versículo nove. Impreterivelmente não houve deliberação de ata nesta sessão. **PEQUENO EXPEDIENTE/MATÉRIAS PROTOCOLADAS NA CASA**, Parágrafo 1º, Artigo 151 do RI. Sobre a Mesa constaram as seguintes Matérias, as quais, neste ato **LIDAS**, posteriormente foram encaminhadas com a anuência do Secretário da Mesa Diretora aos devidos Doutos, às Comissões Permanentes e à Procuradoria-Geral deste Órgão Legislativo que, durante o prazo Regimental, as apreciam, emitem seus Pareceres, a fim de deliberá-las ao Plenário. PROJETO DE LEI Nº. 14/2021: Estabelece normas

e critérios básicos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual em políticas públicas no município da serra e dá outras providências. A autoria do Vereador Ericson Duarte. PROJETO DE LEI Nº. 15/2021: Dispõe sobre a gratuidade de inscrição em concursos públicos para cargos municipais a candidatos com deficiência. A autoria do Vereador Professor Artur. PROJETO DE LEI Nº. 24/2021: institui o sistema de acessibilidade nas praias do Município da Serra, denominado praia acessível, e dá outras providências. A autoria do Vereador Teilton Valim. PROJETO INDICATIVO Nº. 10/2021: autoriza ao Poder Executivo Municipal, a promover correção monetária periódica ao auxílio alimentação garantido aos servidores públicos ativos da administração direta e indireta do Município da Serra, bem como realize o pagamento do benefício conforme número de vínculos que possui junto ao município e dá outras providências. A autoria do Vereador Professor Rurdiney. PROJETO INDICATIVO Nº. 17/2021: Dispõe sobre a criação e legalização do Bairro Jardim Juara, localizado na territorialização do Bairro Porto Dourado, no Município da Serra. A autoria do Vereador Rodrigo Caldeira. REQUERIMENTO Nº. 16/2021: Requer a instalação de comissão especial para fiscalização da concessionária ECO 101, no âmbito do Município da Serra. A autoria do Vereador Cleber Serrinha. REQUERIMENTO Nº. 19/2021: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal da Serra, por meio da Secretaria de Educação, PEDIDO DE INFORMAÇÃO, a respeito do transporte escolar municipal. A autoria do Vereador Professor Rurdiney. **GRANDE EXPEDIENTE/ORADORES INSCRITOS.** Consoante o Artigo Nº 151, do 3º Parágrafo do RI. Inscreveram-se para o pronunciamento os seguintes vereadores: Professor Artur, Anderson Muniz, Professor Rurdiney, Jefinho do Balneário e Pablo Muribeca. Em FALA PELA ORDEM, o Vereador Cleber Serrinha

relatou que se reuniu com o Secretário de Educação, Alessandro Bermudes, para visitarem a Escola Irmã Dulce em Tubarão. Nesse sentido, solicitou a limpeza nas ruas e calçadas em torno da escola. NO PRIMEIRO PRONUNCIAMENTO, o Vereador Artur Costa agradeceu neste que foi seu primeiro pronunciamento desde a posse como vereador ao partido ao qual pertence e que preside por sete anos, o SOLIDARIEDADE (SD), que contribuiu muito para a eleição do atual Prefeito. Em seguida, agradeceu a sua equipe, em especial a uma amiga que lhe motivou a entrar no pleito eleitoral. Na sequência, falou de um projeto que visa fomentar o esporte de alto rendimento no âmbito municipal, o qual ele chamou de “bolsa-atleta”. Parabenizou os colegas da Casa pelo empenho neste início de mandato, em especial os Vereadores Rurdney e Alex Bulhões, que, assim como ele, também são professores. Em APARTE, o Vereador Wellington Alemão parabenizou o pronunciante pela iniciativa do projeto de lei. Por fim, o Vereador Artur Costa pediu a colaboração de todos os Edis neste projeto. NO SEGUNDO PRONUNCIAMENTO, o Vereador Anderson Muniz saudou todos os presentes e o público que acompanhava a sessão pela internet. Começou falando de um auto de infração dado em 2019, no valor de cem mil reais, a uma empresa multinacional que lançou esgoto *in natura* numa área de proteção ambiental. O Vereador destacou, com o recurso de imagem no painel, que o auto foi feito em julho de 2019, tendo a empresa recebido a notificação em 26 de agosto, tendo o prazo tempestivo de 30 dias para apresentar defesa, ou seja até 25 de setembro, caso contrário paga-se a multa; porém, no processo citado pelo Vereador, há registro de ingresso da defesa no protocolo em 04 de outubro de 2019, mas internamente há um outro documento em que está registrado o ingresso da defesa em 25 de

setembro, porém com apenas um rubrica sem matrícula, o que indica irregularidade. Questionou o tratamento desigual dado às grandes empresas em detrimento dos moradores da região, além da anulação da multa pelo Conselho de Meio Ambiente, mesmo após o período correto para defesa. Em APARTE, a Vereadora Elcimara considerou importante convocar o Conselho para dar uma explicação, lembrando que o Conselho que revogou a multa é composto por representantes da Sociedade Civil, do Poder Público e da Casa de Leis. Na retomada da fala, o Vereador Anderson Muniz disse entender que a questão da multa não deveria nem ter chegado ao Conselho pela intempestividade da defesa. Disse também que a Procuradoria Geral do Município à época votou pela manutenção da multa. Finalizou dizendo que espera que a situação seja apurada. Em FALA PELA ORDEM, Raphaela Moraes, que foi componente da pasta de Meio Ambiente na última gestão do Executivo, disse que passou por situação similar com pedido protocolado por uma liderança comunitária, que, além de protocolizar um pedido através da Secretaria de Meio Ambiente, também o fazia pelo Protocolo Geral, gerando datas divergentes nos encaminhamentos. Lembrou também que na última legislatura o representante da Câmara esteve ausente em diversas reuniões do Conselho, citando inclusive um ofício que o Conselho emitiu cobrando participação da Câmara; colocou-se à disposição para ser representante e também considerou uma rotatividade nesta representação. Em FALA PELA ORDEM, o Vereador Anderson Muniz leu o Artigo N.º 327 da Lei N.º 2199/1999, parágrafo primeiro do Código Municipal de Meio Ambiente que define o Protocolo Geral como a única porta de entrada para se apresentar impugnação. Em APARTE, o Vereador Igor Elson disse ter ficado surpreso com a intempestividade da situação e pediu ao Presidente

que por meio da Procuradoria da Casa possa rever este processo para uma melhor compreensão. Em FALA PELA ORDEM, a Vereadora Raphaela Moraes explicou novamente sobre a confusão de datas que ocorria enquanto esteve na Secretaria de Meio Ambiente, dizendo que a pessoa interessada entrava com o pedido em determinada data, porém na capa do Processo vinha a data em que o documento foi encaminhado pelo Protocolo. Em APARTE, a Vereadora Elcimara Loureiro disse que o mais importante é a discussão quanto à anulação dada, propôs então a convocação da Junta de Análise de Recursos, a qual faz parte da Secretaria de Meio Ambiente, composta por técnicos efetivos para explicar a decisão já que o Conselho só pode dar um parecer após análise desta Junta. O Presidente Rodrigo Caldeira falou então que, segundo seu entendimento, deve ser convocado o Secretário da pasta na época do processo para explicar, já que também o documento passaria por ele antes da decisão do Conselho. Em APARTE, o Vereador Wellington Alemão disse acreditar que, com a digitalização desses processos, possa-se evitar este tipo de confusão. Em APARTE, o Vereador Anderson Muniz enfatizou que, quando o interessado protocoliza algo, tem-se a data do ingresso do documento na capa do processo. NO TERCEIRO PRONUNCIAMENTO, o Vereador Professor Rurdiney anunciou que se reuniu com o Secretário de Educação, Alessandro Bermudes, e compartilhou a notícia da retomada da distribuição do “kit Merenda”, a partir do dia dois de fevereiro. Com isso, o orador explicou que essa iniciativa, além de pedagógica, é social porque muitas crianças ficaram sem alimento, e que sua entrega proporcionará qualidade de vida para as crianças. Também explanou sobre a ausência de auxiliares ou de secretários escolares nas unidades de ensino. Contudo, mencionou um concurso público em andamento, mas sugeriu a

contratação de forma excepcional, para garantir a prestação de um serviço de qualidade para as comunidades. Nesse sentido, comentou que o Secretário Alessandro garantiu a abertura de um edital de contratação temporária. Além disso, o orador discorreu sobre a importância da discussão e criação de um plano de carreira, tanto para os auxiliares de secretaria, quanto para os outros servidores do executivo, pois, pela lei, o salário não poderia ser inferior aos mil e quarenta reais. Em APARTE, o Vereador Jefinho do Balneário sugeriu conversar com o Secretário de Educação para a prorrogação da carga horária, para que o servidor recebesse um pouco mais. De volta à fala, o Vereador Professor Rurdiney explicou que foi votado o projeto conhecido como “pacote da maldade” nesta Casa de Leis, o que estacionou o plano de carreira. Ainda, lembrou que no ano passado foi votado o aumento de onze para quatorze por cento da contribuição do IPS, sem o debate do reajuste salarial, e esclareceu que, mesmo com o decreto, não deveria ser votado sem a discussão do reajuste. Além disso, comentou sobre a informatização de um sistema de gestão escolar pedagógico e administrativo. Assim, proporcionaria eficiência na prestação do serviço, com a transparência das informações, como a disposição de vagas, porque evitaria que uma criança seja matriculada em um bairro distante da sua residência. Ademais, falou sobre a relevância da divulgação pela Secretaria de Serviços do calendário de limpeza dos bairros. Em seguida, sugeriu um debate sobre o protocolo de retorno das aulas presenciais, sobre as medidas a serem tomadas pelos profissionais, e questionou de quem seria a responsabilidade sobre a regra de não receber a criança que comparecer na escola fora de sua escala, caso ocorra alguma eventualidade com a criança no retorno para a sua casa. Com isso, declarou que ele não mandaria a criança embora. Depois,

falou sobre o Projeto de Lei N.º 10/2021, sobre a divulgação do disque-denúncias em elevadores, que seria mais um canal de denúncias, porém novas medidas que garantam a segurança merecem discussão. NO QUARTO PRONUNCIAMENTO, o Vereador Jefinho do Balneário saudou a todos os Edis presentes e ao público que assiste à sessão remotamente. Iniciou o pronunciamento falando sobre o acidente que aconteceu na rodovia próximo à Central Carapina. Expôs que esses acontecimentos têm ocorrido reiteradas vezes neste município, mas a culpa não é apenas da concessionária que administra a rodovia, mas também dos condutores com as imprudências no trânsito. Discursou sobre os munícipes da Serra que estão pensando em ter seu próprio negócio. Abordou que muitos estão sem emprego e enxergam nas feiras livres uma opção para levar o alimento para as suas casas. Questionou a gestão passada que confrontou os feirantes da Serra, e faziam fiscalizações abusivas, impedindo os feirantes de realizarem as suas atividades. Sugeriu ao prefeito Sergio Vidigal que reveja a forma como fiscalizar a classe dos trabalhadores que trabalham nas feiras livres. EM APARTE, o vereador Rodrigo Caçulo reiterou a fala do Vereador Pronunciante que abordou sobre os feirantes e o apoio à causa dos trabalhadores informais e também dos microempreendedores. Discursou sobre o Projeto Indicativo para compras de bebedouros nas escolinhas de futebol do município da Serra. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Gilmar Raposo sugeriu ao Prefeito Sergio Vidigal que aumentasse os salários dos profissionais da área da saúde. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Fred apontou que tem recebido várias críticas referentes às empresas Serra Ambiental e a Cesan pelos serviços que são prestados. Questionou o alto valor das taxas cobradas e a baixa qualidade dos serviços prestados aos munícipes; sugeriu que fosse criada

uma comissão para fiscalizar esses contratos da Cesan e da Serra Ambiental. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Teilton Valin ressaltou a importância dos dispositivos de segurança na rodovia que corta o Município da Serra. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Rodrigo Caçulo agradeceu ao Prefeito da Serra pelo serviço realizado da limpeza dos entulhos nos bairros. Apontou que a Prefeitura da Serra atendeu ao pedido e realizou no bairro do vereador Rodrigo Caçulo uma limpeza. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Jefinho do Balneário disse que a discussão referente à BR que corta a Serra é da competência do Governo Federal e os Vereadores não têm competência para legislar, porém é possível que incentivem a realização de campanhas de prevenção de acidentes. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Cleber Serrinha explanou que terá uma reunião com a concessionária Eco 101 e que irá discutir e cobrar as melhorias para a cidade da Serra. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Welington Alemão apontou que o DNIT e a ECO 101 ficam discutindo e transferindo a culpa uma para a outra, mas nada é feito. NO QUINTO PRONUNCIAMENTO, o Vereador Pablo Muribeca saudou os Edis presentes na sessão e também as pessoas que acompanham a sessão remotamente. Falou do projeto que foi protocolado nesta Casa de leis e que tem como objetivo apresentar uma medida de recuperação para a economia da Cidade da Serra, englobando os microempreendedores e também as empresas de médio e grande porte. Sugeriu aos Edis desta Casa que possam votar a favor do projeto que beneficia todos os comerciantes da Serra. O Vereador pronunciante falou sobre os vendedores ambulantes do Município da Serra, discorreu que foi até a uma reunião com os comerciantes comumente chamados de camelôs. Abordou que foi apresentado nessa reunião o camelódromo, um local onde criado para

proporcionar um local seguro tanto para os feirantes como para os clientes. Porém, de acordo com o Vereador Pablo Muribeca, esse local visitado é precário e não apresenta condições para realização das atividades; expôs que o local está abandonado e os feirantes estão trabalhando nas ruas. EM APARTE, o Vereador Welington Alemão explicou que na gestão passada foi apresentado um projeto diferente do que foi entregue para os feirantes. Disse que eles preferem trabalhar nas ruas do município da Serra do que no local onde foi construído. Explicou que o local onde a Prefeitura da Serra construiu não tem condições para exercer as atividades. EM APARTE, o Vereador Fred reiterou a importância dessa classe de trabalhadores, afirmou que já foi camelô. Sugeriu para que se realizasse um mapeamento dos feirantes mais antigos, de preferência os munícipes da Serra, pois a avenida Central de Laranjeiras não comporta o quantitativo de feirantes; expôs que muitos desses estão vindo de outros municípios para trabalhar na Serra. Em seguida, o Vereador Pablo Muribeca parabenizou o trabalho das Guardas Civis do município da Serra. EM FALA PELA ORDEM, o Vereador Wilian da Elétrica corroborou com a fala do vereador Pablo Muribeca referente aos feirantes. Sugeriu para que se encontre uma solução para o conflito entre os comerciantes e os feirantes. Explicou que os comerciantes pagam os impostos e sentem-se prejudicados. EM FALA PELA ORDEM, a Vereadora Raphaela Moraes repudiou o ocorrido no Rio Grande do Sul com um Prefeito que foi preso. Discorreu que foram encontrados no carro oficial do político seis galos de rinha a mais de 400 quilômetros da cidade; questionou que pessoas como essa, as quais realizam maus tratos contra animais não poderiam estar ocupando qualquer cargo público. **ORDEM DO DIA/MATÉRIAS À DELIBERAÇÃO**, Artigos: 152; 161; 162 do RI. Matérias liberadas ao Plenário

conforme Proposições. Antes, porém, feita a chamada, responderam a ela todos os Senhores Vereadores que assinaram o Livro próprio de Registro das Frequências, Biênio 2019/2020, Nº 01 e permaneceram presentes.

PROJETO DE LEI Nº 10 /2021: Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre disque denúncia no interior dos elevadores. Autoria do Vereador Professor Rurdiney. Não houve discussão, foi à votação. Projeto aprovado por vinte votos favoráveis.

PROJETO DE LEI Nº 13/2021: Dispõe da instalação de bebedouros de água potável em complexos esportivos. Autoria do Vereador Jefinho do Balneário. Ato contínuo, a Vereadora Raphaela Moraes indagou ao Presidente se a matéria é Projeto Indicativo ou Projeto de lei, sendo este confirmado pelo Presidente. Não houve discussão, foi à votação. Projeto aprovado por vinte votos favoráveis, a despeito de uma abstenção.

PROJETO INDICATIVO Nº 5/2021: Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Atleta Municipal, e dá outras providências. Autoria do Vereador Professor Artur. Não houve discussão, foi à votação. Projeto aprovado por dezenove votos favoráveis.

Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se esta Sessão, a próxima será regimental. Acordada a fidelidade desta lavratura, procedida pelo Núcleo de Taquigrafia, encaminhe-se à deliberação Plenária em Sessão Ordinária. Aprovada, após citada deliberação, inserir-se-á nos Anais desta Egrégia Casa, assinada pelos Senhores: Presidente, Primeiro-Secretário da Mesa Diretora, bem como por este Taquígrafo Parlamentar.

Palácio “Judith Leão Castello Ribeiro”. Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”. Em quarta-feira, dia dezessete, mês de fevereiro, ano dois mil e vinte e um.

RODRIGO MÁRCIO CALDEIRA
Presidente

ALEXISANDRO PESSIMILIO BULHÕES
Primeiro-Secretário

HÉLVIO PIRES TOLENTINO
Taquígrafo Parlamentar